

Violência no campo brasileiro: coletividade, resistência e fortalecimento da identidade camponesa

Luiz Paulo Ribeiro

Maria Isabel Antunes-Rocha

Resumo

A luta pela Educação do Campo é um dos fatores que chama atenção, pela presença de princípios que reafirmam um modo de vida na contemporaneidade. Diante disso, questiona-se quais estratégias os camponeses adotaram, ao longo da história, que lhes permitem um crescente fortalecimento da identidade camponesa no Brasil, em um contexto de agressão constante aos seus modos de vida. Para realizar este trabalho foi feito um estudo sistemático da história constitutiva do campesinato brasileiro, bem como de suas lutas, perdas e ganhos. Focalizamos em referências bibliográficas que permitem compreender a violência como um processo inserido em termos históricos e dialéticos na produção econômica, política, social e cultural do modelo societário em curso no país. Buscamos nas discussões sobre processos identitários alguns referenciais analíticos para compreender as diferentes posições adotadas pelos povos camponeses diante dos programas e propostas de desenvolvimento existentes na história brasileira.

Palavras-chaves: *violência; educação do campo; identidade camponesa; resistência.*

Considera-se que a violência no campo é uma das consequências “[...] do conflito entre os que buscam condições mínimas de sobrevivência no meio rural e os que possuem largas extensões de terra [...]”¹. A violência no campo não pode ser confundida com os conflitos agrários, os quais podem se concretizar em atos de violência ou não. E ainda, não se pode relegar aos movimentos sociais do campo a responsabilidade exclusiva pela violência, uma vez que ocorre justamente o contrário, os sujeitos que integram estes movimentos são os mais atingidos, por assassinatos, tentativas de homicídio, expropriações, perseguições e outros atentados à integridade física, social e mental¹.

Ao adentrar na história desses espaços, ao longo dos tempos, desnuda-se uma realidade que não pode ser vista como pontual, angariando um constructo que a violência no campo brasileiro é um processo histórico longínquo. Para estudá-la é necessário observar como os processos políticos e sociais se culminaram na apropriação da terra e na busca da reforma agrária^{2,3}.

O movimento de luta pela Educação do Campo traz para o universo acadêmico o desafio de compreender as demandas dos povos camponeses com relação à educação. No contexto dos cursos de formação de professores, ressaltando o curso de Licenciatura em Educação do Campo, os desafios se ampliam, visto que os estudantes trazem questões que dizem respeito ao fortalecimento de suas identidades numa perspectiva de resistência. “Ocupar, resistir e produzir” são palavras ditas em coro por jovens que se preparam para se constituírem como docentes, mas que não querem deixar de ser camponeses.

Nesse contexto trazem os temas de suas vidas para discussão, sistematização e análise. Dentre um conjunto de temas chama atenção a violência vivenciada historicamente por este grupo social. Como contribuir com este grupo populacional no que diz respeito às suas reflexões sobre este assunto? Assim nasce a pesquisa sobre as relações entre populações camponesas, violência e construção de processos identitários. Parte-se da constatação que este grupo populacional vem ao longo dos tempos vivenciando situações violentas, que se materializam por meio de diferentes instrumentos, sujeitos e formas. Massacres, expulsões de suas terras, privação de direitos, escravização, depreciação dos modos de produção e reprodução da vida, assassinatos, criminalização de suas lutas por direitos, para citar algumas, são práticas recorrentes e reconhecidas em todo o território nacional.

Pela longevidade dos procedimentos, visto que pode-se identificar o tempo da chegada dos portugueses em 1500 como marco inaugural, poder-se-ia prever uma gradual extinção deste grupo populacional ao longo dos tempos⁴. No entanto observa-se que os camponeses vêm criando uma identidade fortalecida, marcando presença nos diferentes espaços e tempos da sociedade. A emergência dos agricultores familiares camponeses nas últimas décadas no cenário sócio-político é uma das evidências. Temas como luta pela terra, agroecologia, música sertaneja, educação do campo, dentre outros, fazem parte na atualidade de políticas públicas e do debate nacional.

Violência, tensão e resistência no campo: saídas onde não há portas

Um primeiro momento de tensão e violência foi vivenciado logo no início da colonização do Brasil. Os portugueses aportaram em território brasileiro e impuseram suas leis e normas, implementando um modelo inicialmente extrativista e depois agroexportador de estilo *plantation*. O genocídio histórico de índios nessa época foi retratado como forma de dominar o espaço descoberto e disciplinar as populações originárias, tendo em vista que nem todos se renderam às ordens e ao trabalho impostos pelos descobridores⁴.

Nos primeiros anos do período colonial, a propriedade (posse e uso) das terras brasileiras não era um bem comercializável, mas sim, algo pertencente à Coroa Portuguesa, a qual concedia o uso às pessoas de classe alta – com dinheiro significativo – interessadas em “investirem seu capital na produção de mercadorias necessárias para a exportação”⁴. As terras concedidas poderiam ser repassadas hereditariamente. Como o território brasileiro era vasto, e o desbravamento e povoamento eram vistos como necessários, foi comum nessa época que fossem feitas doações em lotes de terra– sesmarias – a fim de cuidar da propriedade cedida pelo governo português.

Em um segundo momento, houve a necessidade de mão de obra que foi suprida com um grande contingente de escravos trazidos da África, os quais, além do sofrimento pela retirada de sua terra, sofriam com o transporte até o Brasil, isso fora as precárias condições de sobrevivência e de trabalho encontradas. Contudo, a insatisfação com tais questões fazia com que os escravos se revoltassem e fugissem. Nesse período, muitos foram os escravos que ao serem recapturados foram mortos ou submetidos a longas torturas. Uma violência endêmica foi instaurada pelo trabalho forçado, áspero e repressivo no período colonial e servia para assegurar o poder dos latifundiários, tal postura escravagista e exploratória também originou rebeliões indígenas e dos escravos³.

A Lei n. 601 de 1850, instituída para regularizar a propriedade de terra, foi uma manobra governamental para impedir que os escravos recém-fugidos ou libertos – tendo em vista a possibilidade de uma lei de libertação geral dos escravos – se apossassem de pequenas propriedades e se tornassem camponeses⁴. Nesses anos também se multiplicaram os capatazes e caçadores de escravos, que se embrenhavam pelas florestas e regiões não habitadas do Brasil à procura de refúgios.

A caça aos quilombos e mocambos não se dava apenas com a motivação de reaver escravos, mas também como uma forma de roubar e/ou apoderar-se das suas produções agrícolas. Numa época de escassez de alguns produtos, encontrar uma produção da qual poderia se apossar era atrativo aos senhores de engenho e capatazes. Outro fator relevante trazido por esses autores é o registro histórico de roubos e saques, tanto nos

quilombos por parte dos capatazes, quanto nas fazendas por parte dos refugiados, os bens mais cobiçados eram pequenos animais, ferramentas e pólvora ⁵.

Para além desses conflitos no período colonial e pré-republicano, já na Primeira República do Estado Brasileiro aconteceram os movimentos nomeados como messiânicos, que não tinham apenas caráter religioso como apregoa o nome, mas fundo campesino e que revelavam uma alternativa deste povo para superar e enfrentar as violências intermitentes nas mãos dos latifundiários, seca e empobrecimentos comuns na época. Os dois principais movimentos foram os de Canudos, no sertão nordestino e de Contestado na divisa dos estados de Paraná e Santa Catarina.

Esses movimentos no campo entre o século XIX e XX tinham como grandes agentes “os andarilhos, posseiros destituídos de suas terras e/ou agregados despejados dos latifúndios” ⁶. O cangaço, mesmo com sua ação violenta, pode ser compreendido também como uma forma de enfrentamento à pobreza e à expropriação no sertão nordestino desta época ⁶.

Na expectativa de substituir a mão de obra escrava nas fazendas, houve a atração da população campesina europeia para o Brasil. Os imigrantes vindos em especial da Alemanha, Itália e Espanha se dirigiram para os estados do Sul do Brasil e para o Rio de Janeiro e São Paulo. Nesses dois últimos estados, os imigrantes foram obrigados a trabalhar nas fazendas de café tornando-se comodatos enquanto no Sul receberam as terras e tiveram de pagar por elas tendo que produzir quase imediatamente para conseguir arcar com os custos. Dessa forma, o grande contingente de trabalhadores escravos foi substituído em parte pela mão de obra imigrante ⁴.

A fixação de homens no campo, seja por parte de estrangeiros, seja por trabalhadores livres – escravos libertos, pobres do campo etc. – foi o contexto de origem dos primeiros movimentos de luta social pela terra no Brasil, nos entremeios da tentativa de resgatar a condição de camponês autônomo sob um modelo euro-ocidental ⁷.

Resgata-se que foram as inspirações do modelo social-econômico de origem comunista que inspiraram o nascimento dos movimentos sociais campesinos na América Latina ³. E também, que desde as primeiras situações conflituosas no campo sempre houve lideranças comunitárias e a formação de grupos ou de associações, tanto como forma de resistência às pressões territoriais, quanto pela postura organizativa de tais grupos que encontravam força nos campesinos na mesma situação. Nota-se que em meados das décadas de 1950 e 1960, as primeiras Ligas Camponesas foram formadas legalmente ⁷.

A “Marcha para o Oeste” marcou um novo período desenvolvimentista no campo brasileiro, impulsionada pelo governo de Getúlio Vargas que visava à expansão da fronteira agrícola do país. A sensação de desbravamento e de possibilidade de encontrar o seu lugar

de produção fez com que o fluxo migratório fosse intenso para as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Grupos, famílias inteiras em caminhada, a fim de encontrar a sonhada terra ⁸.

Sob a intensa luta e enfrentamento das hegemonias locais, os trabalhadores rurais à margem da “Marcha para o Oeste”, foram protagonistas de uma história que teve como alicerce a vida social comum, a organização do trabalho coletivo e a luta contra a violência do campo ⁸. Foi justamente o estado de tensão, de sentimento de expropriação e de injustiças com os trabalhadores do campo que gerou esse movimento, que deve ser entendido como um movimento nacional em resposta a uma hegemonia no campo. A Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), em Goiás, pode representar uma das maiores expressões do conflito e expulsão de terras no país ⁷.

Os registros de Trombas e Formoso, juntamente com os movimentos em Porecatu e no Sudoeste do Paraná são os mais marcantes da história dos movimentos sociais do campo no Brasil. A outorga do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964) e a implantação do Regime Ditatorial Civil-Militar em 1964, marcaram novas investidas desenvolvimentistas, como uma resposta conservadora aos conflitos, disputas e o potencial revolucionário campesino verificado na época. Estes acontecimentos demandaram a necessidade do Golpe Militar de 1964 com claros posicionamentos conservadores, os quais reconheciam a necessidade de contenção política e policial dos conflitos agrários e de minorar as tensões sociais decorrentes das disputas entre latifúndios-minifúndios ⁹.

Apesar da proposta desenvolvimentista do período de Ditadura Militar e de evolução da legislação em prol da reforma agrária, o que se viu foi uma derrocada dos defensores da reforma agrária no período militar e, “a partir de 1970, passa a prevalecer a proposta de enfrentar o atraso agrário pela modernização do latifúndio” ⁹. Tais medidas enfraqueceram os pequenos produtores e camponeses, os quais, com falta de incentivo, não encontraram alternativas de sobrevivência e partiram de suas terras para as cidades: houve um extenso êxodo rural.

No período ditatorial viu-se a implantação da Revolução Verde, um modelo governamental de expansão das fronteiras agrícolas, utilização vasta de agrotóxicos e outros insumos, a mecanização e a exploração total da terra focalizando o aumento da produtividade. Foi neste período que as grandes monoculturas foram implementadas no Brasil e o latifúndio tornou-se mais uma vez, uma alternativa para o enriquecimento. Essa intensificação da produção trouxe prejuízos ao homem do campo, seja à sua saúde, seja com a expulsão das suas terras⁹.

Com o posicionamento da grande elite latifundiária, o governo militar tentou silenciar os movimentos sociais do campo e a reforma agrária ficou estagnada neste período. A violência para com os movimentos sociais do campo, seus líderes e ativistas foi uma das formas de tentar silenciar e travar a reforma agrária⁹.

O fim do período ditatorial e a implantação de um governo democrático no Brasil acirraram os conflitos no campo. O tema da reforma agrária voltou à cena, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário foi criado e, a partir do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1986, demarca-se um novo paradigma no campo brasileiro⁹.

O 1º plano tinha como objetivo principal distribuir terra, direitos, trabalho e cidadania ao trabalhador rural: reduzir o êxodo no campo. Havia a proposta do assentamento de 1.400.000 famílias, mas apenas 82.896 foram assentadas. A mobilização pela reforma agrária e a luta dos movimentos sociais resultaram na mobilização dos proprietários das terras. Isso incidiu em limitações na Constituição Federal Brasileira de 1988 para o Estatuto de Terras, porém não freou o processo durante o período democrático^{1, 4, 5, 6, 9}.

A distribuição do processo de reforma agrária no Brasil ganhou força no período recente com a retomada da democracia e da promulgação da Constituição Federal de 1988. Ressalte-se que, durante o período ditatorial, entre 1964 e 1985, num prazo de 20 anos, houve praticamente o mesmo número de assentamentos de famílias que no primeiro governo da Presidenta Dilma Roussef, entre 2011 e 2013. Há que se ter atenção para as falsas apropriações dos dados, uma vez que políticas internas dos governos foram utilizadas para silenciar os movimentos sociais e apaziguar os conflitos, como leis que restringiram a ideia de que terras ocupadas não poderiam estar em processo de desapropriação, além do cadastramento via correios dos interessados em ter terras⁹.

A violência no campo no período pós-ditadura expressou-se de várias formas, além de notícias correntes e histórias de mortes e atentados contra presidentes de associações de produtores rurais, sindicalistas, líderes de movimentos sociais do campo, ativistas ambientais, que têm seu trabalho diretamente relacionado com o campo, e membros de pastorais da terra. Uns muitos famosos e outros não, casos que se perderam ao longo dos anos, ora caindo no esquecimento pela pouca repercussão, ora devido a julgamentos intermináveis. Dos casos mais notáveis citam-se as mortes de Chico Mendes e de Dorothy Stang. Para além desses casos, reconhecidos nacionalmente e internacionalmente como é o caso do assassinato de Chico Mendes, há um extenso rastro de mortes de sujeitos que estavam na luta pelos direitos dos camponeses¹⁰.

Também imbricado nos contextos de luta pela terra, a história recente revela chacinas nos movimentos sociais do campo, aqui se faz memória dos casos de Eldorado de Carajás e Felisburgo, que não foram eventos incomuns durante a história do campo brasileiro. Aponta-se possibilidades de evitar a violência no campo pela mediação dos conflitos, como a experiência no Pontal do Paranapanema, área de disputa territorial desde tempos da colonização, e que com o auxílio do governo do estado de São Paulo aconteceu de forma exitosa e sem mortes¹¹. O conflito entre trabalhadores rurais e forças policiais no estado do Pará, em Eldorado de Carajás, trouxe o protagonismo de policiais nas cenas de violência no campo¹².

Atualmente, a violência no campo também pode ser percebida em outras modalidades — a frequente investida da área energética brasileira tem feito diversas comunidades rurais deixarem suas terras para a implantação de hidrelétricas. Estes acontecimentos têm sido repetitivos em diversas regiões brasileiras como na Região Norte (como a de Belo Monte no Pará) e Nordeste do país. Nesses casos, o deslocamento compulsório aparece como uma proposta desenvolvimentista e hegemônica que rompe com a apropriação do lócus de vida, além da implantação em áreas sem o processo de territorialidade por parte dos camponeses, indígenas e populações tradicionais ¹⁰.

A violência no campo também se fez presente, recentemente, no assentamento em Tumiritinga na região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, em que, numa tentativa de amedrontar os camponeses, o prefeito do município disparou diversos tiros de explosivos, sobrevoando a comunidade. Além deste, há na memória mais recente o assassinato do psicólogo Marcos Vinícius de Oliveira Silva que articulava politicamente pelos direitos de indígenas em detrimento de uma elite fundiária no estado da Bahia.

Vislumbra-se assim, o nascimento de um novo paradigma em que de um lado há uma crescente especulação imobiliária em busca de chácaras e locais de descanso nas áreas rurais, processo que condena os trabalhadores do campo a se transformarem em prestadores de serviços em condomínios rurais. Por outro lado, há a ênfase no desenvolvimento rural em direção à modernização e à capitalização da Agricultura Familiar, fazendo com que se estruturam pequenos agronegócios ou “agronegocinhos”, algo que enlaça a produção dos camponeses, dá possibilidade de inserção em um mercado capitalista, mas de alguma forma faz com que os laços sociais se rompam, além de uma perda de referência entre o camponês, a terra e a produção ¹³.

Verificações finais: identidade, representações sociais e Educação do Campo

Em nossas reflexões consideramos que os povos do campo assumiram diferentes formas de vivenciar a violência, resistência denominada por José de Souza Martins como “caminhada no chão da noite”¹³. Alguns grupos desistiram e migraram para as cidades. Vale ressaltar que muitos destes reproduzem seus modos de vida no espaço urbano. Outros se mantiveram no campo em diferentes situações. Adentrar pela via da reação a agressão na mesma referência, como os bandoleiros, cangaceiros, jagunços, matadores de aluguel, foi um dos caminhos. A busca por um espaço isolado e protegido das agressões por meio da organização de comunidades como os Quilombos, Canudos, Contestado e as Missões se constituiu em uma alternativa. A busca de proteção junto aos grandes proprietários se constituindo como agregado foi a alternativa encontrada por um expressivo contingente de camponeses. Mas, o que nestas diferentes estratégias permitiu a resistência e a manutenção de uma identidade em diferentes tempos e espaços da história brasileira?

Em síntese, verificando a história brasileira, o que se viu em relação à violência no campo é que esta possibilitou alguns tipos de movimentos dos sujeitos camponeses que se cogita estarem relacionados às representações sociais (RS) – formas de pensar, sentir e agir – da violência^{13, 15}.

Ao serem violentados, muitos camponeses desistiram da vida no campo partindo numa migração para as cidades e grandes centros urbanos, o que resultou em índices significativos de êxodo rural e na consideração de que o campo é um lugar de não crescimento. Esta ideia vigora até os dias atuais e potencializa a discriminação e a dicotomia entre o urbano e o rural, está relacionada à uma representação social de um campo sem possibilidades e de uma cidade portadora do progresso¹³.

Outros sujeitos camponeses começaram um enfrentamento com as mesmas proporções dos seus agressores, formando os grupos armados, como os cangaceiros. A estes dizemos que houve uma representação social que os mobilizou a agir da mesma forma que seus agressores. ‘Olho por olho e dente por dente’ aparece como uma máxima de um posicionamento de que para viver no campo é necessário armar-se e lutar agressivamente¹³.

Ainda há aqueles que estagnaram suas vidas em uma situação de miséria, numa vida paupérrima, sem condições de desenvolvimento e sendo vítimas eternas como “coitados da terra”, alvos de constantes promessas de governo, por vezes se submetendo às condições precárias impostas pelos agressores e aceitando os designios de seu destino. Estes sujeitos também representam o campo como um lugar negativo e sem desenvolvimento, mas, por impossibilidade de agir contra os agressores não se movimentam, aceitam sua condição de submissos¹³.

Outros sujeitos partiram em busca de um éden camponês, um espaço de convívio, de religiosidade e de esperança, resultando nos movimentos quilombolas e messiânicos, que apesar de uma proposta de vida em comunidade foram tidos como insurgentes contra a moral e os costumes do país e foram todos exterminados. Nestes notou-se uma representação social de que para continuar a viver no campo era necessário fugir e fundar uma sociedade alternativa à realidade¹³.

Por fim, existem aqueles que se organizaram em movimentos, sindicatos, associações e coletividades em luta por seus direitos, pela possibilidade de plantar e viver junto da terra, por condições de desenvolvimento e de (re) produção da vida de formas justas e igualitárias. É desta última vertente que surge a luta pela Educação do Campo, considerada aqui como uma das formas da superação das violências que acometem os povos do campo. Cogitou-se que desses sujeitos surge uma representação social segundo a qual é necessário enfrentar a violência com outras armas, como a educação e o protagonismo social. Para estes, o campo é um lugar de desenvolvimento e de produção de vida digna e de qualidade¹³.

O que se observa ao longo da história é a capacidade de organização coletiva dos povos camponeses. Seja nos mutirões para organização do trabalho, nos encontros para as celebrações religiosas e culturais, no enfrentamento coletivo diante das agressões, na manutenção de valores, hábitos e práticas, vemos a presença da ação coletiva. Em meados do século XX a organização sindical, e a ampliação das lutas por meio dos movimentos sociais em luta por terra, evidenciam uma organicidade que se constrói no cotidiano de suas existências.

Considerações Finais

Os processos de aprendizagem são de longa duração. Agricultores e camponeses se constituem em um grupo populacional cuja identidade é marcada pela coragem, religiosidade, práticas de ajuda mútua, e de forma acentuada, uma compreensão de si mesmos como um povo cujas raízes se vinculam de forma inexorável à terra, às águas e às florestas. O que nos leva a concluir que: os agricultores camponeses não iniciam suas lutas e suas práticas em um tempo recente; suas práticas de luta estão presentes em suas práticas cotidianas; suas diferentes formas de resistência não configuram necessariamente submissão; e a ação coletiva é a prática transversal que possibilita a estes povos resistir, manter e ampliar suas condições de existência ao longo da história.

Referências

1. ZIMMERMAN Artur . Terra manchada de sangue São Paulo: Humanitas; 2010.
2. KAY Cristobal . Estructura agrária y violencia rural en América Latina. **Sociologías**, v.10, n.5, p.220-248, 2003.
3. KAY Cristobal, SALAZAR Graciela. Estructura agraria, conflict y violencia en la sociedad rural de America Latina. **Revista Mexicana de Sociología**,v.63, n.4, p.159-195, 2001.
4. STEDILE João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960** São Paulo: Ed. Expressão Popular; 2011.
5. GOMES Flávio dos Santos, REIS João José. Roceiros, camponestes e garimpeiros: quilombolas na escravidão e na pós-emancipação. In STARLING Heloísa M Murgel, RODRIGUES Henrique Estrada, TELLES Marcela. **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2008. p. 206-241.
6. ANTUNES-ROCHA Maria Isabel. **Da cor da terra: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra** Belo Horizonte: Editora UFMG; 2012.
7. OLIVEIRA Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p. 185-206, 2001.
8. TOLENTINO Tiago Lenine Tito. Margens da marcha para o oeste: luta pela terra em Trombas e Formoso, Porecatu e Sudoeste do Paraná. In STARLING Heloísa M Murgel, BRAGA Pauliane . **Sentimentos da Terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república**. Belo Horizonte: Editora PROEX; 2013. p. 99-115.
9. BAUAINAIN Antonio Márcio. Reforma agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil. In BAUAINAIN Antonio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil: agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável**. Campinas/SP: Editora Unicamp; 2008. p. 17-128.

10. ZHOURI Andrea. **As tensões do lugar** Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2011.
11. ANDRADE Tania. Experiência concreta de mediação de conflitos agrários: pontal do paranapanema. In Buainain Antonio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil: agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável**. Campinas/SP: Editora Unicamp; 2008. p. 129-171.
12. BARREIRA César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, v.4, n.13, p. 136-143, 1999.
13. RIBEIRO Luiz Paulo. **Representações sociais de educandos do curso de licenciatura em educação do campo sobre a violência**. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.
14. MARTINS José de Souza **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989)
15. JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In MOSCOVICI Serge. **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF); 2014. p. 363-384